

Vereadora Bruna vota contra Plano de Magistério em S.Caetano e é criticada

Por Gislayne Jacinto

Líder do prefeito, Gilberto Costa, diz que parlamentar foi incoerente porque lei vai aumentar piso salarial dos professores para R\$ 4.150

A vereadora de São Caetano Bruna Chamas Biondi (Psol), que encabeça o mandato coletivo Mulheres por Mais Direitos, votou contra o Plano de Magistério que aumentará o piso salarial dos professores para R\$ 4.150,00. Dos 19 parlamentares, somente ela discordou da projeto votado na Câmara nesta quinta-feira (10/11), em segunda discussão.

“A vereadora foi mais que incoerente. Se dependesse dela, os professores não teriam nenhum reajuste a partir de janeiro porque votou contra o projeto que vai melhorar as condições financeiras da categoria. A vereadora votou contra, mas não apresentou nenhum projeto. O problema é que o Psol torce para o quanto pior melhor. Trabalham na dor das pessoas e, nesse caso, na dor dos professores”, criticou o vereador Gilberto Costa (Avante), líder do prefeito José Auricchio Júnior, na Câmara. “Os professores vão julgá-la no momento oportuno”, disse

O ABCD Jornal procurou a vereadora na manhã desta sexta-feira (11/11) para ela se posicionar sobre o assunto, mas até o fechamento da reportagem ela não havia retornado.

Na pagina Mandato Coletivo Mulheres por Mais Direitos, o posicionamento é de que o Plano de Carreira é “Fake e que teria de ter sido debatido com a categoria por meio de uma audiência pública.

O que prevê o Plano de Magistério

O plano de carreira destina-se aos profissionais que exercem atividades de docência ou suporte à docência, regidos pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e baseia-se em critérios de tempo de serviço e formação acadêmica.

Um dos aspectos mais importantes é a elevação do salário-base do piso da categoria a um patamar superior ao piso nacional do magistério, que é de R\$ 3.845,63. De acordo com o projeto aprovado, o piso do magistério em São Caetano do Sul passa a R\$ 4.150,00.

O plano de carreira estabelece progressão por tempo de serviço, mediante a integração no valor hora/aula de 5% a cada cinco anos de exercício da docência ou do suporte técnico-pedagógico na rede municipal de ensino, Selj e Secult, e também elevação por nível de formação. A formação do profissional, da graduação ao doutorado, implica também em percentuais de aumento salarial que variam de 5% a 10%, de acordo com o projeto.

Segundo a secretária Minéa Fratelli, a maioria dos profissionais terá um aumento na remuneração após o enquadramento na carreira e poderá concorrer aos avanços previstos na Lei.

<https://abcdjornal.com.br/vereadora-bruna-vota-contr-plano-de-magisterio-em-s-caetano-e-e-criticada/>

Veículo: Online -> Site -> Site ABCD Jornal

Seção: Política